

PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)
(160448)

OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 862.461,52

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Conforme PNCP

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1.	3
2.	3
3.	4
4.	5
5.	6
6.	8
7.	10
8.	14
9.	18
10.	20
11.	21
12.	22
13.	23
14.	23
15.	26
16.	26



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE BLINDADO
(2º BE/1908)
BATALHÃO JUAREZ TÁVORA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026
Processo Administrativo nº64050.003786/2026-51

Torna-se público que o(a) 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado, por meio da seção de aquisições, licitações e contratos, sediado na Avenida Expedicionário Edmundo Arrabar, 2338 – Bairro Santa Rosa, Porto União/SC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de gêneros alimentícios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

- 3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6. *Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*
- 3.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*
- 3.8. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*
- 3.9. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de

trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11 *sociedades cooperativas*;

3.9.12 *peessoas jurídicas reunidas em consórcio*;

3.9.13 *peessoas físicas*.

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.7 ou 5.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 *valor unitário do item;*

6.1.2 *marca;*

6.1.3 *peso, litro ou volume do objeto na embalagem;*

6.1.4 *fabricante;*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,10 (dez centavos)*.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1 *empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;*

7.23.2 empresas brasileiras;

7.23.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.25.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1 conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada,

exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.12.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÁXIMO, QUATRO HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 4 horas, NO MÁXIMO, QUATRO HORAS, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

10.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, **podará** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://5becmbbld.eb.mil.br/>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: salc5be@gmail.com

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

Porto União/SC, 09 de junho de 2026

RICARDO MOTINHA LANZELLOTTE – Ten Cel

Ordenador de despesas do 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado

5 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE

Estudo Técnico Preliminar 13/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64050.003786/2026-51

2. Descrição da necessidade

2.1. Trata-se de ETP da aquisição de gêneros alimentícios para o 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado.

2.2. A necessidade desta aquisição objetiva dar continuidade à alimentação ao efetivo da OM.

2.3. A aquisição será granular e sob demanda, conforme a necessidade, por esse motivo opta pela abertura de um registro de preços, visando garantir o bom desempenho das atividades do 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado, garantindo o princípio da economicidade. Para tal, esta UG recebe provisões orçamentárias do Tesouro Nacional, demandando fiel observância aos preceitos legais que regem as compras governamentais na Administração Pública.

2.4. A aquisição de gêneros diretamente pelas Organizações Militares (OM), que possuem rancho organizado, os quais são definidos como Quantitativo de Rancho (QR), encontra-se regida por meio do Catálogo de Alimentos Complementares do Exército Brasileiro - CACEB (EB40-C-30.405), 2ª Edição, Portaria - D Abst/COLOg/C Ex Nr 141, de 30 de agosto de 2022.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Aprovisionamento do 5º BE Cmb Bld	GABRIELLY MACÊDO NASCIMENTO – 1º TEN

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Este tópico lista os requisitos que a Contratada deverá atender, incluindo os requisitos mínimos de qualidade, de modo a possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa durante o processo licitatório e garantir a execução do contrato.

4.2. Serão considerados os seguintes requisitos:

4.2.1. A Contratada deverá ser capaz de entregar os produtos empenhados de acordo com a necessidade do Setor de Aprovisionamento, em um prazo não superior a 15 dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

4.2.2. Os produtos deverão ser entregues com prazo equivalente a sua validade, prevista na tabela do item 1.1. do Termo de Referência, contado da data de emissão da nota fiscal.

4.2.3. Os interessados deverão ser capazes de cumprir com todas as condições de participação previstas no instrumento convocatório e não poderão possuir sanções que impeçam a futura contratação.

4.2.4. Os itens deverão possuir garantia contra não conformidades de fabricação, a contar do recebimento definitivo dos mesmos, sendo esta garantia de sua total responsabilidade.

4.2.5. No que forem aplicáveis, as normas do fabricante, bem como as normas pertinentes à Associação Brasileira de Normas Técnicas e, ainda, Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, para alguns itens do certame.

- 4.3. Não será aceita a entrega de produtos com prazos de validade que não estejam em estrita conformidade com as especificações estabelecidas no CACEB para cada item, assim como gêneros alimentícios considerados impróprios para o consumo.
- 4.4. A contratada assume integral e exclusiva responsabilidade por todo o serviço de transporte necessário para a entrega dos itens. Esta responsabilidade abrange todos os custos e riscos inerentes à operação, incluindo, mas não se limitando a, carregamento, descarregamento, seguros e quaisquer outras despesas correlatas.
- 4.5. A aceitação dos artigos está condicionada ao atendimento irrestrito de suas especificações técnicas, modelos, embalagens e instruções, conforme definido no Catálogo de Alimentos Complementares do Exército Brasileiro (CACEB) e no Apêndice I, para cada item objeto da licitação.
- 4.6. Em caso de discrepância entre as especificações constantes na Nota de Empenho, em qualquer campo do sistema ComprasNet, no catálogo de material do SIASG ou no Termo de Referência da licitação, as especificações do Termo de Referência prevalecem sobre todas as demais.
- 4.7. O recebimento, seja ele provisório ou definitivo, não exonera a contratada de sua responsabilidade por eventuais prejuízos decorrentes de falhas na execução contratual. Da mesma forma, a empresa responde subsidiariamente junto ao fabricante por vícios de identidade ou qualidade detectados durante o prazo de validade dos produtos.

5. Levantamento de Mercado

- 5.1. O estudo realizado identificou que a modalidade de pregão eletrônico é a única admitida pela legislação do Exército Brasileiro para esse tipo de aquisição, sendo amplamente utilizada e consolidada no âmbito da administração pública federal, o que garante transparência, economicidade e ampla competitividade ao procedimento.
- 5.2. A exigência está em estrita conformidade com a IN 40/2020, uma vez que a modalidade é adequada ao objeto gêneros alimentícios de comercialização comum e não restringe a participação de fornecedores, sendo, portanto, dispensada justificativa alternativa para a não utilização de outras modalidades licitatórias.

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. São objetos da contratação pretendida os gêneros alimentícios descritos no anexo I do presente estudo técnico preliminar.
- 6.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo XIII do art. 6º da Lei 14.133/2021, pois são produtos cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.
- 6.3. A aquisição de gêneros alimentícios para o Hospital possibilitará uma vasta variedade de cardápios para os todos os alimentados por esta OM.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades estimadas para a contratação foram baseadas no consumo no período do último ano até a presente data, discriminado no Sistema de Controle Físico do Exército. Em referência aos materiais que serão adquiridos pela primeira vez, foi utilizada uma estimativa de aplicabilidade do material pela quantidade de vezes que poderia vir a ser aplicado para subsidiar um quantitativo mínimo, muitos dos novos materiais fizeram-se necessários devido à necessidade de variedade de cardápios.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Adoçante Aspecto Físico: Líquido Transparente Ingredientes: Sucralose Prazo Validade: 1 ANO Tipo: Dietético Características Adicionais: Bico Dosador Marca Similar/Referência: Adocyli	407523	Frasco 200 Mililitro	150	R\$ 9,69	R\$ 1.453,50
	Água Mineral Natural					

2	<p>Tipo: Especial Com Gás</p> <p>Material Embalagem: Plástico</p> <p>Tipo Embalagem: Descartável</p> <p>Embalagem PET: 6 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Fontlife</p>	445488	Embalagem 510 Mililitro	700	R\$ 1,54	R\$ 1.078,00
3	<p>Água Mineral Natural</p> <p>Tipo: Sem Gás</p> <p>Material Embalagem: Plástico</p> <p>Tipo Embalagem: Descartável</p> <p>Embalagem PET: 12 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Fontlife</p>	445484	Embalagem 510 Mililitro	700	R\$ 1,19	R\$ 833,00
4	<p>Azeite</p> <p>Espécie Vegetal: De Oliva</p> <p>Tipo: Puro</p> <p>Teor Da Acidez: Extravirgem - Menor Que 0,8%</p> <p>Prazo Validade: 12 a 24 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Gallo</p>	463696	Embalagem 500 Mililitro	180	R\$ 34,58	R\$ 6.224,40
5	<p>Amido</p> <p>Base: De Mandioca</p> <p>Grupo: Fécula</p> <p>Acidez: Polvilho Doce</p> <p>Aspecto Físico: Tipo 1</p> <p>Prazo Validade: 12 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Yoki</p>	459079	Embalagem 500 Grama	300	R\$ 5,39	R\$ 1.617,00
6	<p>Oleaginosa</p> <p>Tipo: Amendoim</p> <p>Apresentação: Torrada</p> <p>Adicional: Sem Casca</p> <p>Prazo Validade: 6 a 8 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: DaColônia</p>	464539	Embalagem 500 Grama	400	R\$ 14,50	R\$ 5.800,00

7	Barra Nutricional Composição Básica: De Flocos De Cereais Ingredientes Adicionais: Frutas Secas E Chocolate Prazo Validade: 12 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Nutry	463967	Embalagem 24 Unidade	250	R\$ 27,50	R\$ 6.875,00
8	Batata Processada Espécie: Inglesa Tipo Formato: Palha Tipo: Frita Apresentação: Pronto Para Consumo Prazo Validade: 6 a 8 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Yoki	463707	Embalagem 1 Quilograma	600	R\$ 27,30	R\$ 16.380,00
9	Biscoito Sabor: Água E Sal Tipo: Bolacha Prazo Validade: 8 a 12 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Piccinini	333329	Pacote 400 Grama	600	R\$ 5,21	R\$ 3.126,00
10	Biscoito Apresentação: Retangular Sabor: Maizena Características Adicionais: Sem Recheio Classificação: Doce Prazo Validade: 10 a 12 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Naga	217132	Pacote 400 Grama	1200	R\$ 5,79	R\$ 6.948,00
11	Leite Condensado Tipo: Integral Ingrediente Básico: Leite In Natura	464013	Caixa 395 Grama	1400	R\$ 6,50	R\$ 9.100,00

	<p>Prazo Validade Mínimo: 12 Meses</p> <p>Prazo Validade: 10 a 12 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Italac</p>					
12	<p>Biscoito</p> <p>Sabor: Chocolate E Avelã</p> <p>Tipo: Wafer</p> <p>Características Adicionais: Com Recheio</p> <p>Prazo Validade: 8 a 10 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Bauducco.</p>	402680	Pacote 140 Grama	1200	R\$ 4,95	R\$ 5.940,00
13	<p>Biscoito</p> <p>Apresentação: Redondo</p> <p>Tipo: Tortinha</p> <p>Características Adicionais: Com Recheio De Chocolate</p> <p>Classificação: Doce</p> <p>Aplicação: Alimentação Humana</p> <p>Prazo Validade: 8 a 10 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Marilan</p>	316837	Pacote 140 Grama	500	R\$ 3,79	R\$ 1.895,00
14	<p>Bolo Alimentício</p> <p>Sabor: Gotas De Chocolate</p> <p>Tipo: Panetone</p> <p>Peso: 400 G</p> <p>Prazo Validade: 4 a 6 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Bauducco</p>	452507	Pacote 400 Grama	300	R\$ 29,10	R\$ 8.730,00
15	<p>Manteiga</p> <p>Tipo: Extra</p> <p>Composição: Sem Sal</p> <p>Prazo Validade: 6 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Qualy.</p>	446385	Pote 500 Grama	300	R\$ 21,70	R\$ 6.510,00

16	Condimento Tipo: Canela Apresentação: Pó Prazo Validade: 10 a 14 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Temperabem	463872	Quilograma	6	R\$ 26,25	R\$ 157,50
17	Cereal Preparado Aspecto Físico: Grãos Componentes: Aveia, Banana, Maçã E Canela Características Adicionais: Granola Prazo Validade: 8 a 10 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Gran Nutri	444323	Quilograma	200	R\$ 25,79	R\$ 5.158,00
18	Cereal Matinal/Lanches Tipo: Flocos Pré-Cozidos Ingredientes Principais: Milho Ingredientes Adicionais: Fortificado Com Vitaminas E Minerais Característica Adicional: Com Açúcar Prazo Validade: 9 a 12 meses da data de entrega. Marca Similar/Referência: Alcafoods	463970	Embalagem 1 Quilograma	700	R\$ 25,66	R\$ 17.962,00
19	Côco Ralado Ingredientes: Amêndoa De Côco , Apresentação: Desidratado E Triturado , Características Adicionais: Desengordurado E Desidratado , Aplicação: Alimentação De Pessoal	258358	Pacote 1 Quilograma	200	R\$ 26,87	R\$ 5.374,00
20	Embutido Tipo: Linguiça Calabresa Tamanho: Grossa Tipo Preparação: Defumada	447702		400	R\$ 34,76	R\$ 13.904,00

	Estado De Conservação: Resfriado (A) Prazo Validade: 3 a 4 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Sadia ou Aurora.		Embalagem 2,5 Quilograma			
21	Embutido Tipo: Linguiça Toscana Tamanho: Grossa Tipo Preparação: Fresca Estado De Conservação: Resfriado (A) Prazo Validade: 3 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Aurora.	447705	Embalagem 1 Quilograma	400	R\$ 23,80	R\$ 9.520,00
22	Creme De Leite Teor Gordura: 21 A 40% De Gordura Processamento: Uht Tratamento: Homogeneizado Prazo Validade: 6 a 9 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Tirol.	446535	Embalagem 200 Grama	4000	R\$ 3,36	R\$ 13.440,00
23	Carne Processada Variedade: Hamburger Tipo: Bovino Sabor: Temperado Estado De Conservação: Congelado (A) Prazo Validade: 4 a 6 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Perdigão.	447747	Embalagem 56 Grama	4200	R\$ 2,00	R\$ 8.400,00
24	Condimento Tipo: Louro Apresentação: Folha Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega.	463904	Quilograma	12	R\$ 50,00	R\$ 600,00

	Marca Similar/Referência: Take Naturais.					
25	Condimento Tipo: Orégano Apresentação: Folha Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Naturais Mona.	463914	Embalagem 500 Grama	20	R\$ 21,00	R\$ 420,00
26	Condimento Tipo: Páprica Doce Apresentação: Pó Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Naturais Mona.	463918	Embalagem 500 Grama	45	R\$ 17,29	R\$ 778,05
27	Condimento Tipo: Páprica Apresentação: Pó Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Clavi Shop.	463917	Quilograma	45	R\$ 18,79	R\$ 845,55
28	Tempero Tipo: Chimichurri À Base De Ervas E Especiarias Apresentação: Pó Aplicação: Uso Culinário Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Full-Fit	626129	Quilograma	100	R\$ 33,13	R\$ 3.313,00
29	Carne Bovina In Natura Tipo Corte: Costela Apresentação: Peçaço Estado De Conservação: Congelado (A) Prazo Validade: 6 a 12 meses a partir da data de entrega	447414	Quilograma	600	R\$ 29,90	R\$ 17.940,00

	(congelada). Marca Similar/Referência: Friboi.					
30	Carne Defumada Tipo Corte: Toucinho (Bacon) Tipo Animal: Suína Apresentação: Cortada Em Cubos Estado De Conservação: Resfriado (A) Prazo Validade: 4 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Sadia.	447664	Quilograma	1000	40,80	R\$ 40.800,00
31	Ovo Origem: Galinha Grupo: Vermelho ou branco Classe: A Tipo: Grande Prazo Validade: 20 a 30 dias a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Nikkei	446622	Bandeja 30 Unidade	1000	R\$ 24,79	R\$ 24.790,00
32	Chocolate Tipo: Preto Apresentação: Massa Sabor: Ao Leite Prazo Validade Mínimo: 12 Meses Marca Similar/Referência: Harald	463536	Embalagem 1 Quilograma	300	R\$ 40,00	R\$ 12.000,00
33	Chocolate Tipo: Preto Apresentação: Massa Sabor: Meio Amargo Prazo Validade Mínimo: 12 Meses Marca Similar/Referência: Nestlé	467306	Embalagem 1 Quilograma	400	R\$ 42,90	R\$ 17.160,00
	Chocolate Tipo: Preto Apresentação: Massa Sabor: Ao Leite					

34	<p>Ingrediente Adicional: Recheio De Côco</p> <p>Prazo Validade: 8 a 10 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Nestlé.</p>	463543	Barra 33 gramas	1800	R\$ 3,50	R\$ 6.300,00
35	<p>Carne De Ave In Natura</p> <p>Tipo Animal: Peru</p> <p>Tipo Corte: Sem Miúdos</p> <p>Apresentação: Inteiro</p> <p>Estado De Conservação: Congelado (A)</p> <p>Processamento: Temperada</p> <p>Prazo Validade: 8 a 12 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Sadia.</p>	447646	Quilograma	200	R\$ 34,99	R\$ 6.998,00
36	<p>Farofa Pronta</p> <p>Tipo: Tradicional</p> <p>Sabor: Natural</p> <p>Prazo Validade: 4 MÊS</p> <p>Quantidade Calorias: 210 KCAL/G</p> <p>Características Adicionais: Com Farinha De Madioca Temperada</p> <p>Prazo Validade: 4 a 10 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Zaeli.</p>	244498	Pacote 500 Grama	1500	R\$ 7,80	R\$ 11.700,00
37	<p>Condimento</p> <p>Tipo: Pimenta Do Reino</p> <p>Apresentação: Pó</p> <p>Prazo Validade: 12 a 24 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Armazém Real.</p>	463919	Quilograma	30	R\$ 24,60	R\$ 738,00
38	<p>Sal</p> <p>Tipo: Refinado</p> <p>Aplicação: Alimentícia</p> <p>Teor Máximo Sódio: 390 MG/G</p> <p>Acidez: 7,0 PH</p>	454017	Quilograma	1000	R\$ 2,64	R\$ 2.640,00

	Marca Similar/Referência: Cisne					
39	Sal Tipo: Grosso Aplicação: Alimentícia Teor Máximo Sódio: 390 MG/G Acidez: 7,0 PH Marca Similar/Referência: Cisne.	454018	Quilograma	100	R\$ 3,49	R\$ 349,00
40	Doce Leite Tipo: Tradicional Prazo Validade Mínimo: 06 Meses Marca Similar/Referência: Italac.	462599	Embalagem de 400g	600	R\$ 9,97	R\$ 5.982,00
41	Geléia Tipo: Frutas Sabor: Variado Prazo Validade Mínimo: 12 Meses Marca Similar/Referência: Homemade e Ritter.	462690	Pote 400 Grama	1100	R\$ 8,33	R\$ 9.163,00
42	Doce Não Confeitado Tipo: Massa Sabor: Paçoca Forma Apresentação: Rolha Prazo Validade: 6 a 10 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Da Colonia.	462638	Embalagem 1 Quilograma	350	R\$ 26,40	R\$ 9.240,00
43	Doce Não Confeitado Tipo: Massa Sabor: Pé De Moleque Forma Apresentação: Tablete Prazo Validade: 6 a 8 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Amendopã.	462652	Embalagem 800 Grama	350	R\$ 22,16	R\$ 7.756,00

44	Doce Não Confeitado Tipo: Massa Sabor: Doce De Leite Forma Apresentação: Palito Característica Adicional: Pingo De Leite Prazo Validade: 6 a 8 meses a partir da data de entrega.	465681	Embalagem 500 Grama	350	R\$ 18,91	R\$ 6.618,50
45	Aromatizante Artificial Apresentação: Líquido Incolor Sabor: Baunilha Prazo Validade: 20 a 24 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Dr Oetker.	461222	Frasco 30 Mililitro	400	R\$ 4,95	R\$ 1.980,00
46	Fermento Tipo: Químico Apresentação: Pó Prazo Validade: 10 a 12 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Royal	459586	Embalagem 250 Grama	800	R\$ 11,80	R\$ 9.440,00
47	Fermento Tipo: Biológico Seco Apresentação: Pó Granulado Prazo Validade: 10 a 12 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Itaiquara.	459596	Embalagem 500 Grama	100	R\$ 19,40	R\$ 1.940,00
48	Frios Variedade: Apresuntado Tipo Preparação: Cozido Apresentação: Peça Inteira Estado De Conservação: Resfriado (A) Prazo Validade: 2 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Sadia.	447765	Quilograma	800	R\$ 25,50	R\$ 20.400,00

49	Frios Variedade: Mortadela Tipo Preparação: Cozido Composição: Sem Toucinho Em Cubos Apresentação: Peça Inteira Estado De Conservação: Resfriado (A) Prazo Validade: 2 a 3 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Sadia.	447784	Quilograma	800	R\$ 13,50	R\$ 10.800,00
50	Farinha Quibe Composição: 250 G De Trigo Para Kibe/250 G Carne Moída/1 Ce Tempo Preparo: 4 H Rendimento: 25 UN Prazo Validade: 10 a 12 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Yoki.	229978	Saco 500 Grama	150	R\$ 7,48	R\$ 1.122,00
51	Farinha De Trigo Grupo: Doméstico Tipo: Tipo 1, Especial Ingrediente Adicional: Fortificada Com Ferro E Ácido Fólico Prazo Validade: 6 a 10 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Cocamar ou Coamo.	460263	Embalagem 5 Quilograma	600	R\$ 20,96	R\$ 12.576,00
52	Farinha De Milho Grão: Amarelo Tipo: Fubá Mimoso Característica Adicional: Transgênico Ingrediente Adicional: Fortificada Com Ferro E Ácido Fólico Prazo Validade: 6 a 10 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Yoki ou Sinhá.	459012	Embalagem 1 Quilograma	250	R\$ 7,62	R\$ 1.905,00

53	Doce Não Confeitado Tipo: Em Calda Sabor: Figo Prazo Validade: 12 a 14 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Tozzi.	462675	Embalagem 400 Grama	400	R\$ 19,33	R\$ 7.732,00
54	Doce Não Confeitado Tipo: Em Calda Sabor: Pêssego Prazo Validade: 12 a 14 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Tozzi.	462684	Embalagem 400 Grama	400	R\$ 17,39	R\$ 6.956,00
55	Doce Não Confeitado Tipo: Em Calda Sabor: Abacaxi Prazo Validade: 12 a 14 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Tozzi.	462657	Embalagem 400 Grama	400	R\$ 16,98	R\$ 6.792,00
56	Gelatina Alimentícia Apresentação: Pó Sabor: Variado Origem: Animal Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Qualimax ou Apti.	462729	Pacote 1 Quilograma	400	R\$ 21,92	R\$ 8.768,00
57	Iogurte Natural Teor Gordura: Integral Sabor: Sortidos Componentes: Com Polpa Ou Pedacos De Fruta Prazo Validade: 30 a 45 dias a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Batavo ou Salubi.	446706	Embalagem 1 Litro	2000	R\$ 16,00	R\$ 32.000,00
	Legume Em Conserva Tipo: Ervilha					

58	Ingredientes: Ervilhas, água e sal. Prazo Validade: 2 a 4 anos a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Quero.	462823	Embalagem 1,7 Quilograma	300	R\$ 21,90	R\$ 6.570,00
59	Legume Em Conserva Tipo: Milho Verde Adicional: À Vácuo Prazo Validade: 2 a 4 anos a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Quero.	462832	Embalagem 170 Grama	1600	R\$ 4,80	R\$ 7.680,00
60	Legume Em Conserva Tipo: Pepino Adicional: Pickles Prazo Validade: 2 anos a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Juréia.	468477	Embalagem 300 Grama	600	R\$ 11,24	R\$ 6.744,00
61	Legume Em Conserva Tipo: Palmito Apresentação: Inteiro Prazo Validade: 2 a 4 anos a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Castelo.	460486	Embalagem 300 Grama	100	R\$ 20,28	R\$ 2.028,00
62	Massa De Tomate Tipo: Molho Pronto Composição: Tradicional Apresentação: Líquido Prazo Validade: 12 a 24 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Quero.	459672	Embalagem 2 Quilograma	600	R\$ 16,25	R\$ 9.750,00
63	Massa Alimentícia Tipo: Para Lasanha Base Da Massa: Farinha De Trigo Refinada Apresentação: Fresca/Resfriada Formato: Laminada	465350	Embalagem 500 Grama	300	R\$ 9,97	R\$ 2.991,00

	Prazo Validade: 12 a 24 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Renata.					
64	Mel Abelha Tipo: 1ª Qualidade Apresentação: Embalagem Com 500 G Aplicação: Alimentação Humana Marca Similar/Referência: Melbee.	413364	Frasco 500 Grama	100	R\$ 32,75	R\$ 3.275,00
65	Molho De Mesa Tipo: Barbecue Composição: Tradicional Apresentação: Líquido Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Hemmer.	461710	Embalagem 1 Quilograma	100	R\$ 26,99	R\$ 2.699,00
66	Molho De Mesa Tipo: Catchup Composição: Tradicional Apresentação: Creme Prazo Validade: 12 a 14 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Heinz.	459663	Embalagem 400 Grama	300	R\$ 7,80	R\$ 2.340,00
67	Molho De Mesa Tipo: Inglês Composição: Tradicional Apresentação: Líquido Prazo Validade: 2 a 3 anos a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Lanchero.	459655	Embalagem 1 Litro	250	R\$ 19,50	R\$ 4.875,00
68	Molho De Mesa Tipo: Mostarda Composição: Tradicional Apresentação: Creme	459667		200	R\$ 21,60	R\$ 4.320,00

	Prazo Validade: 12 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Hemmer.		Embalagem 1 Quilograma			
69	Molho Pimenta Composição: Água/Pimenta Vermelha Moída/Vinagre De Álcool/Sal Aplicação: Alimentos Tipo Uso: Culinária Em Geral Prazo Validade: 12 a 24 meses a partir da data de entrega. Tipo: Condimento. Características Adicionais: Embalagem de 150ml. Marca Similar/Referência: Kitano.	241553	Frasco 150 Mililitro	400	R\$ 6,73	R\$ 2.692,00
70	Peixe Em Conserva Variedade: Atum Apresentação: Sólido Meio De Cobertura: Com Óleo Comestível Prazo Validade: 3 a 5 anos a partir da data de entrega. Tipo: Enlatado. Características Adicionais: Embalagem de 170g. Marca Similar/Referência: Gomes da Costa.	448996	Embalagem 170 Grama	700	R\$ 12,29	R\$ 8.603,00
71	Peixe Em Conserva Variedade: Sardinha Apresentação: Descabeçada E Eviscerada Meio De Cobertura: Com Óleo Comestível Prazo Validade: 3 a 5 anos a partir da data de entrega. Tipo: Enlatado. Características Adicionais: Embalagem de 125g. Marca Similar/Referência: Gomes da Costa.	449006	Embalagem 125 Grama	1000	R\$ 7,01	R\$ 7.010,00
	Pão De Queijo Basa Da Massa: Polvilho Doce Ou Azedo E Queijo					

72	<p>Ingredientes Adicionais: Com Outros Sabores</p> <p>Formato: Lanche/Grande</p> <p>Apresentação: Cru Congelado</p> <p>Prazo Validade: 8 a 12 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Tipo: Congelado.</p> <p>Características Adicionais: Embalagem de 1kg.</p> <p>Marca Similar/Referência: Aurora.</p>	460495	Embalagem 1 Quilograma	1000	R\$ 20,00	R\$ 20.000,00
73	<p>Pão</p> <p>Base: De Farinha De Trigo Refinada</p> <p>Tipo: Tipo Francês/Branco/De Sal</p> <p>Tipo Adicional: Tradicional</p> <p>Apresentação: Pré-Assado Congelado</p> <p>Prazo Validade: 3 a 4 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Tipo: Congelado.</p> <p>Características Adicionais: Peso unitário entre 50g e 70g cada unidade de pão.</p> <p>Marca Similar/Referência: Pão da Fazenda.</p>	465549	Quilograma	4000	R\$ 10,65	R\$ 42.600,00
74	<p>Pó Pudim</p> <p>Sabor: Variado</p> <p>Prazo Validade Mínimo: 12 Meses</p> <p>Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Tipo: Sobremesa.</p> <p>Características Adicionais: Sabores a serem definidos, embalagem de 1kg.</p> <p>Marca Similar/Referência: Qualimax.</p>	462751	Embalagem 1 Quilograma	500	R\$ 16,90	R\$ 8.450,00
75	<p>Queijo</p> <p>Origem: De Vaca</p> <p>Variedade: Muçarela</p> <p>Apresentação: Peça</p> <p>Prazo Validade: 3 a 4 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Tipo: Queijo.</p> <p>Características Adicionais: Embalagem de 1kg.</p> <p>Marca Similar/Referência: Tirol.</p>	446633	Quilograma	600	R\$ 49,57	R\$ 29.742,00

76	Queijo Origem: De Vaca Variedade: Prato Apresentação: Peça Prazo Validade: 3 a 4 meses a partir da data de entrega. Tipo: Queijo. Características Adicionais: Embalagem de 1kg. Marca Similar/Referência: Président.	446639	Quilograma	600	R\$ 50,50	R\$ 30.300,00
77	Requeijão Ingredientes: Creme De Leite Tipo: Light Conservação: 1 A 10 °C Características Adicionais: Cremoso Prazo Validade: 3 a 4 meses a partir da data de entrega. Tipo: Queijo. Características Adicionais: Embalagem de 400g. Marca Similar/Referência: Vigor.	425288	Embalagem de 400g	1200	R\$ 15,71	R\$ 18.852,00
78	Amido Base: De Mandioca Grupo: Tapioca Subgrupo: Sagu Artificial Aspecto Físico: Tipo 1 Prazo Validade: 20 a 24 meses a partir da data de entrega. Tipo: Sobremesa. Características Adicionais: Embalagem de 500g. Marca Similar/Referência: Yoki.	459084	Embalagem 500 Grama	600	R\$ 13,00	R\$ 7.800,00
79	Frios Variedade: Salame Tipo: Italiano Apresentação: Peça Inteira Estado De Conservação: Resfriado (A) Prazo Validade: 3 a 6 meses a partir da data de entrega.	447877	Quilograma	200	R\$ 83,95	R\$ 16.790,00

	Tipo: Embutido. Marca Similar/Referência: Aurora.					
80	Condimento Tipo: Alho Apresentação: Granulado Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega. Tipo: Especiaria. Características Adicionais: Embalagem de 1kg. Marca Similar/Referência: Terra Vitta.	463860	Quilograma	200	R\$ 37,34	R\$ 7.468,00
81	Condimento Tipo: Cebola Branca Apresentação: Pó Adicional: Desidratado Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega. Tipo: Tempero. Características Adicionais: Embalagem de 1kg. Marca Similar/Referência: Terra Vitta.	601227	Quilograma	250	R\$ 33,32	R\$ 8.330,00
82	Condimento Tipo: Manjerição Apresentação: Desidratado Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega. Tipo: Especiaria. Características Adicionais: Embalagem de 1kg. Marca Similar/Referência: Terra Vitta.	463908	Quilograma	14	R\$ 18,93	R\$ 265,02
83	Embutido Tipo: Salsicha Hot Dog Tipo Preparação: Cozida Estado De Conservação: Resfriado (A) Prazo Validade: 2 a 4 meses a partir da data de entrega. Tipo: Carne Processada. Características Adicionais: Embalagem com no mínimo 1kg. Marca Similar/Referência: Sadia.	447720	Quilograma	1000	R\$ 13,63	R\$ 13.630,00

84	Suco Apresentação: Pó Sabor: Variado Tipo: Artificial Prazo Validade: 20 a 24 meses a partir da data de entrega. Tipo: Refresco. Características Adicionais: Embalagem de 1kg. Marca Similar/Referência: Qualimax.	396125	Quilograma	1200	R\$ 14,20	R\$ 17.040,00
85	Suco Apresentação: Líquido Sabor: Uva Tipo: Integral Características Adicionais: Concentrado E Sem Adição De Açúcar Prazo Validade: 5 a 12 meses a partir da data de entrega. Tipo: Refresco. Características Adicionais: Embalagem de 1 litro. Marca Similar/Referência: Quinta do Morgado.	442810	Embalagem 1 Litro	300	R\$ 18,50	R\$ 5.550,00
86	Sorvete Tipo: Sorvete - Base Leite Sabor: Variado Forma Apresentação: Massa / Cremoso Prazo Validade: 10 a 12 meses a partir da data de entrega. Tipo: Sobremesa. Características Adicionais: Sabores a serem definidos, embalagem de 2 litros. Marca Similar/Referência: Kibon.	462772	Embalagem 2 Litro	1200	R\$ 29,00	R\$ 34.800,00
87	Doce Não Confeitado Tipo: Cristalizado Sabor: Banana Prazo Validade: 6 a 12 meses a partir da data de entrega. Tipo: Doce não confeitado. Características Adicionais: Marca Similar/Referência: Faduni	462665	Embalagem de 900g.	400	R\$ 20,99	R\$ 8.396,00

88	Achocolatado Apresentação: Líquido Sabor: Tradicional Característica Adicional: Enriquecido Com Vitaminas Prazo Validade: 6 a 8 meses a partir da data de entrega. Tipo: Bebida Láctea. Características Adicionais: Embalagem de 200ml. Marca Similar/Referência: Toddynho.	463551	Caixa 200 Mililitro	1200	R\$ 3,19	R\$ 3.828,00
89	Biscoito Apresentação: Redondo Sabor: Morango Características Adicionais: Com Recheio Classificação: Doce Prazo Validade: 10 a 12 meses a partir da data de entrega. Tipo: Biscoito. Marca Similar/Referência: Passatempo.	217138	Pacote com pelo menos 120g	600	R\$ 3,13	R\$ 1.878,00
90	Biscoito Apresentação: Redondo Sabor: Chocolate Características Adicionais: Com Recheio Classificação: Doce Prazo Validade: 10 a 12 meses a partir da data de entrega. Tipo: Biscoito. Marca Similar/Referência: Passatempo.	217139	Pacote com pelo menos 120g	600	R\$ 3,15	R\$ 1.890,00
91	Nome: Tempero em Pó sabor Carne Aspecto Físico: Pó fino granulado de cor marrom avermelhada. Ingredientes: sal, especiarias, realçadores de sabor ... Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega. Tipo: Tempero. Marca Similar/Referência: Qualimax.	339479	Embalagem de 1kg.	400	R\$ 20,20	R\$ 8.080,00

92	Tempero Tipo: Caldo Apresentação: Pó Aplicação: Uso Culinário Sabor: Carne Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega. Tipo: Tempero. Características Adicionais: Marca Similar/Referência: Knorr.	339478	Embalagem de 1kg.	150	R\$ 15,09	R\$ 2.263,50
93	Tempero Tipo: Completo Sem Pimenta Apresentação: Pasta Aplicação: Uso Culinário Prazo Validade: 8 a 12 meses a partir da data de entrega. Tipo: Tempero. Características Adicionais: Embalagem de 1kg. Marca Similar/Referência: Soeto ou Kitano.	233873	Embalagem 1 Quilograma	300	R\$ 19,99	R\$ 5.997,00
94	Vinagre Matéria-Prima: Álcool Cana De Açúcar Tipo: Neutro Acidez: 4,20 PER Aspecto Físico: Líquido Aspecto Visual: Límpido E Sem Depósitos Prazo Validade: Indeterminado. Tipo: Condimento. Características Adicionais: Acidez padrão de 4%, embalagem de 750ml. Marca Similar/Referência: Castelo.	217096	Frasco 750 Mililitro	30	R\$ 4,75	R\$ 142,50
95	Massa Alimentícia Tipo: Para Pastel Base Da Massa: Farinha De Trigo Refinada Apresentação: Fresca/Resfriada Tamanho: Média	462244	Embalagem 500 Grama	400	R\$ 11,17	R\$ 4.468,00

	Formato: Discos Prazo Validade: 30 a 45 dias a partir da data de entrega. Tipo: Massa. Características Adicionais: Embalagem de 500g. Marca Similar/Referência: Massa Leve.					
96	Refrigerante Material: Água Gasosa/Xarope Sabor: Variado Prazo Validade: 6 a 8 meses a partir da data de entrega. Tipo: Refresco. Características Adicionais: Embalagem de 2 litros. Marca Similar/Referência: Coca-cola, Fanta, Sprite.	305351	Garrafa 2 Litro	1200	R\$ 10,50	R\$ 12.600,00
97	Doce Confeitado Tipo: Goiabada Ingredientes: Goiaba Madura, Açúcar, Água Características Adicionais: Embalados Individualmente Prazo Validade: 12 a 24 meses a partir da data de entrega. Tipo: Confeitaria. Características Adicionais: Embalagem de 1kg. Marca Similar/Referência: Predilecta.	487591	Quilograma	260	R\$ 29,75	R\$ 7.735,00
98	Chá Alimentação Tipo: Chá Mate Uso: Alimentício Prazo Validade: 12 a 24 meses a partir da data de entrega. Tipo: Chá. Características Adicionais: Sabores a serem definidos, caixas de 25 und. Marca Similar/Referência: Matte Leão.	233886	Caixa 25 Unidade	400	R\$ 7,83	R\$ 3.132,00
99	Condimento Tipo: Cravo Da Índia Apresentação: Flor Prazo Validade: 2 a 3 anos a partir	463892		40	R\$ 7,25	R\$ 290,00

	da data de entrega. Tipo: Especiaria. Características Adicionais: Embalagem de 20g. Marca Similar/Referência: Kisabor.		Embalagem de 20g			
100	Leite Côco Tipo: Integral Prazo Validade Mínimo: 12 Meses Tipo: Culinária. Características Adicionais: Embalagem de 500ml. Marca Similar/Referência: Sococo.	464011	Garrafa 500 Mililitro	300	R\$ 12,00	R\$ 3.600,00
					TOTAL	R\$ 862.461,52

7.2. A abertura de um processo licitatório permitirá que esta Administração selecione fornecedores que possuam condições de prover o setor de aprovisionamento, nas especificações levantadas, com os menores preços, dentro das quantidades demandadas e de acordo com os prazos de entrega preestabelecidos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 862.461,52

8.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 862.461,52** (oitocentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

8.2. A pesquisa de preços foi realizada em cumprimento ao disposto no artigo 23 da Lei 14.133, de 1º Abril de 2021.

8.3. A pesquisa observou a Instrução Normativa n 65 de 07 de julho de 2021; e o “Guia de Orientação sobre Pesquisa de Preços” elaborado pela 3ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército.

8.4. Os documentos que compõem a pesquisa de preços encontram-se em anexo.

8.5. A metodologia usada para definir os valores de referência encontra-se no “RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS” juntado aos autos.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O presente objeto está fundamentado na Lei nº 14.133, de 1º Abril de 2021, bem como nas demais normas vigentes que regulam as licitações no âmbito da Administração Pública Federal. Para fins do disposto no parágrafo XIII, art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, considera-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

9.2. Por serem comercializados separadamente, por não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, os materiais de consumo tratados do presente estudo foram divididos em itens. Tal divisão tem o objetivo de ampliar a competitividade, permitindo a participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, apresentando propostas menos onerosas para a Administração.

9.3. Assim sendo, a equipe de planejamento considerou ser possível adotar esta forma de aquisição parcelada, objetivando melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, considerando ainda que a divisão do objeto é tecnicamente possível e economicamente viável.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações desta Unidade Gerenciadora, baseando nos objetivos apontados no Plano de Gestão.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Por meio desta aquisição será possível atender às demandas relacionadas à alimentação do efetivo do 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado. Esta aquisição tem sua importância acentuada pela necessidade de manutenção das medidas para o atendimento do serviço, conforme é preconizado pelos órgãos de fiscalização vigentes.

12.3. Os benefícios diretos que o órgão almeja com a aquisição é a economicidade, eficácia, eficiência e aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros possíveis, incluindo respeito a impactos ambientais.

12.5. Principais Benefícios Esperados:

12.5.1. Abastecimento adequado dos Serviços de Aprovisionamento com itens complementares para alimentação do contingente militar;

12.5.2. Obtenção das melhores condições comerciais para aquisição dos QR;

12.5.3. Maximização da eficiência na aplicação dos recursos financeiros;

12.5.4. Estabilidade financeira proporcionada pela fixação dos preços por um ano;

12.5.5. Garantia de continuidade no fornecimento dos gêneros alimentícios.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. O setor competente (Aprovisionamento) do 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado será o responsável pelo recebimento dos materiais conforme a confecção de cada nota de empenho, sendo assim, o pregão será regido por sistema de registro de preços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, especialmente o disposto no seu artigo 6º, incisos I a VII, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão;

14.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

14.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

14.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14.2. Selecionada a proposta, antes da assinatura da Ata de Registro de Preços, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o Hospital Militar de Resende poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada ocorrerá na pena de desclassificação.

14.3. Para produtos enquadrados Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13 de 23 de agosto de 2021, será exigida a apresentação do CTF (Cadastro Técnico Federal) válido e com a descrição da atividade compreendida no enquadramento na FTE (Ficha Técnica de Enquadramento) da fabricante do produto ofertado.

14.4. Para os produtos embalados devem ser observadas as regras de rotulagem nutricional (Resoluções 359 e 360, de 23 de dezembro de 2003, da ANVISA), as relativas a aditivos para materiais plásticos (RDC nº 17, de 17 de março de 2008) e a proibição do uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos secos ou desidratados (Lei nº 9832/1999).

14.5. De acordo com o art. 427 do Decreto 9.013/2017, Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, estabelece que os todos os produtos de origem animal: o estabelecimento ou marca apresentada deverá estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI /POA).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

16. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16.1 Verifica-se a viabilidade técnica da aquisição, uma vez que os itens a serem licitados estão devidamente padronizados no Catálogo de Alimentos Complementares do Exército Brasileiro (CACEB) e em seus Boletins Técnicos, selecionados com base no histórico de consumo e quantificados conforme a expectativa orçamentária e as necessidades desta Unidade.

16.2. Por fim, constata-se a viabilidade econômica da contratação, respaldada pela competitividade do segmento, que tende a favorecer a disputa por preços mais vantajosos, evitando onerosidade excessiva para a Administração Pública. A adoção da modalidade de pregão eletrônico, com validade de 12 (doze) meses, também contribui para a economicidade e a manutenção do equilíbrio contratual.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GABRIELLY MACEDO NASCIMENTO

Membro da comissão de contratação

5 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE

Termo de Referência 10/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2026	160448-5 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE	LUCAS FIRMINO DOMINGOS	08/06/2026 11:48 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	1/2026	64050.003786/2026-51

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo nº64050.003786/2026-51

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Gêneros Alimentícios, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Adoçante Aspecto Físico: Líquido Transparente Ingredientes: Sucralose Prazo Validade: 1 ANO Tipo: Dietético Características Adicionais: Bico Dosador Marca Similar/Referência: Adocyli	407523	Frasco 200 Mililitro	150	R\$ 9,69	R\$ 1.453,50
2	Água Mineral Natural Tipo: Especial Com Gás Material Embalagem: Plástico Tipo Embalagem: Descartável Embalagem PET: 6 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Fontlife	445488	Embalagem 510 Mililitro	700	R\$ 1,54	R\$ 1.078,00

3	Água Mineral Natural Tipo: Sem Gás Material Embalagem: Plástico Tipo Embalagem: Descartável Embalagem PET: 12 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Fontlife	445484	Embalagem 510 Mililitro	700	R\$ 1,19	R\$ 833,00
4	Azeite Espécie Vegetal: De Oliva Tipo: Puro Teor Da Acidez: Extravirgem - Menor Que 0,8% Prazo Validade: 12 a 24 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Gallo	463696	Embalagem 500 Mililitro	180	R\$ 34,58	R\$ 6.224,40
5	Amido Base: De Mandioca Grupo: Fécula Acidez: Polvilho Doce Aspecto Físico: Tipo 1 Prazo Validade: 12 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Yoki	459079	Embalagem 500 Grama	300	R\$ 5,39	R\$ 1.617,00
6	Oleaginosa Tipo: Amendoim Apresentação: Torrada Adicional: Sem Casca Prazo Validade: 6 a 8 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: DaColônia	464539	Embalagem 500 Grama	400	R\$ 14,50	R\$ 5.800,00
7	Barra Nutricional Composição Básica: De Flocos De Cereais Ingredientes Adicionais: Frutas Secas E Chocolate	463967	Embalagem 24 Unidade	250	R\$ 27,50	R\$ 6.875,00

	Prazo Validade: 12 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Nutry					
8	Batata Processada Espécie: Inglesa Tipo Formato: Palha Tipo: Frita Apresentação: Pronto Para Consumo Prazo Validade: 6 a 8 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Yoki	463707	Embalagem 1 Quilograma	600	R\$ 27,30	R\$ 16.380,00
9	Biscoito Sabor: Água E Sal Tipo: Bolacha Prazo Validade: 8 a 12 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Piccinini	333329	Pacote 400 Grama	600	R\$ 5,21	R\$ 3.126,00
10	Biscoito Apresentação: Retangular Sabor: Maizena Características Adicionais: Sem Recheio Classificação: Doce Prazo Validade: 10 a 12 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Naga	217132	Pacote 400 Grama	1200	R\$ 5,79	R\$ 6.948,00
11	Leite Condensado Tipo: Integral Ingrediente Básico: Leite In Natura Prazo Validade Mínimo: 12 Meses Prazo Validade: 10 a 12 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Italac	464013	Caixa 395 Grama	1400	R\$ 6,50	R\$ 9.100,00
	Biscoito Sabor: Chocolate E Avelã					

12	<p>Tipo: Wafer</p> <p>Características Adicionais: Com Recheio</p> <p>Prazo Validade: 8 a 10 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Bauducco.</p>	402680	Pacote 140 Grama	1200	R\$ 4,95	R\$ 5.940,00
13	<p>Biscoito</p> <p>Apresentação: Redondo</p> <p>Tipo: Tortinha</p> <p>Características Adicionais: Com Recheio De Chocolate</p> <p>Classificação: Doce</p> <p>Aplicação: Alimentação Humana</p> <p>Prazo Validade: 8 a 10 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Marilan</p>	316837	Pacote 140 Grama	500	R\$ 3,79	R\$ 1.895,00
14	<p>Bolo Alimentício</p> <p>Sabor: Gotas De Chocolate</p> <p>Tipo: Panetone</p> <p>Peso: 400 G</p> <p>Prazo Validade: 4 a 6 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Bauducco</p>	452507	Pacote 400 Grama	300	R\$ 29,10	R\$ 8.730,00
15	<p>Manteiga</p> <p>Tipo: Extra</p> <p>Composição: Sem Sal</p> <p>Prazo Validade: 6 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Qualy.</p>	446385	Pote 500 Grama	300	R\$ 21,70	R\$ 6.510,00
16	<p>Condimento</p> <p>Tipo: Canela</p> <p>Apresentação: Pó</p> <p>Prazo Validade: 10 a 14 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Temperabem</p>	463872	Quilograma	6	R\$ 26,25	R\$ 157,50

17	Cereal Preparado Aspecto Físico: Grãos Componentes: Aveia, Banana, Maça E Canela Características Adicionais: Granola Prazo Validade: 8 a 10 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Gran Nutri	444323	Quilograma	200	R\$ 25,79	R\$ 5.158,00
18	Cereal Matinal/Lanches Tipo: Flocos Pré-Cozidos Ingredientes Principais: Milho Ingredientes Adicionais: Fortificado Com Vitaminas E Minerais Característica Adicional: Com Açúcar Prazo Validade: 9 a 12 meses da data de entrega. Marca Similar/Referência: Alcafoods	463970	Embalagem 1 Quilograma	700	R\$ 25,66	R\$ 17.962,00
19	Côco Ralado Ingredientes: Amêndoa De Côco , Apresentação: Desidratado E Triturado , Características Adicionais: Desengordurado E Desidratado , Aplicação: Alimentação De Pessoal	258358	Pacote 1 Quilograma	200	R\$ 26,87	R\$ 5.374,00
20	Embutido Tipo: Linguiça Calabresa Tamanho: Grossa Tipo Preparação: Defumada Estado De Conservação: Resfriado (A) Prazo Validade: 3 a 4 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Sadia ou Aurora.	447702	Embalagem 2,5 Quilograma	400	R\$ 34,76	R\$ 13.904,00
	Embutido Tipo: Linguiça Toscana					

21	<p>Tamanho: Grossa</p> <p>Tipo Preparação: Fresca</p> <p>Estado De Conservação: Resfriado (A)</p> <p>Prazo Validade: 3 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Aurora.</p>	447705	Embalagem 1 Quilograma	400	R\$ 23,80	R\$ 9.520,00
22	<p>Creme De Leite</p> <p>Teor Gordura: 21 A 40% De Gordura</p> <p>Processamento: Uht</p> <p>Tratamento: Homogeneizado</p> <p>Prazo Validade: 6 a 9 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Tirol.</p>	446535	Embalagem 200 Grama	4000	R\$ 3,36	R\$ 13.440,00
23	<p>Carne Processada</p> <p>Variedade: Hamburguer</p> <p>Tipo: Bovino</p> <p>Sabor: Temperado</p> <p>Estado De Conservação: Congelado (A)</p> <p>Prazo Validade: 4 a 6 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Perdigão.</p>	447747	Embalagem 56 Grama	4200	R\$ 2,00	R\$ 8.400,00
24	<p>Condimento</p> <p>Tipo: Louro</p> <p>Apresentação: Folha</p> <p>Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Take Naturais.</p>	463904	Quilograma	12	R\$ 50,00	R\$ 600,00
25	<p>Condimento</p> <p>Tipo: Orégano</p> <p>Apresentação: Folha</p> <p>Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Naturais Mona.</p>	463914	Embalagem 500 Grama	20	R\$ 21,00	R\$ 420,00

26	Condimento Tipo: Páprica Doce Apresentação: Pó Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Naturais Mona.	463918	Embalagem 500 Grama	45	R\$ 17,29	R\$ 778,05
27	Condimento Tipo: Páprica Apresentação: Pó Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Clavi Shop.	463917	Quilograma	45	R\$ 18,79	R\$ 845,55
28	Tempero Tipo: Chimichurri À Base De Ervas E Especiarias Apresentação: Pó Aplicação: Uso Culinário Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Full-Fit	626129	Quilograma	100	R\$ 33,13	R\$ 3.313,00
29	Carne Bovina In Natura Tipo Corte: Costela Apresentação: Peçaço Estado De Conservação: Congelado (A) Prazo Validade: 6 a 12 meses a partir da data de entrega (congelada). Marca Similar/Referência: Friboi.	447414	Quilograma	600	R\$ 29,90	R\$ 17.940,00
30	Carne Defumada Tipo Corte: Toucinho (Bacon) Tipo Animal: Suína Apresentação: Cortada Em Cubos Estado De Conservação: Resfriado (A)	447664	Quilograma	1000	40,80	R\$ 40.800,00

	Prazo Validade: 4 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Sadia.					
31	Ovo Origem: Galinha Grupo: Vermelho ou branco Classe: A Tipo: Grande Prazo Validade: 20 a 30 dias a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Nikkei	446622	Bandeja 30 Unidade	1000	R\$ 24,79	R\$ 24.790,00
32	Chocolate Tipo: Preto Apresentação: Massa Sabor: Ao Leite Prazo Validade Mínimo: 12 Meses Marca Similar/Referência: Harald	463536	Embalagem 1 Quilograma	300	R\$ 40,00	R\$ 12.000,00
33	Chocolate Tipo: Preto Apresentação: Massa Sabor: Meio Amargo Prazo Validade Mínimo: 12 Meses Marca Similar/Referência: Nestlé	467306	Embalagem 1 Quilograma	400	R\$ 42,90	R\$ 17.160,00
34	Chocolate Tipo: Preto Apresentação: Massa Sabor: Ao Leite Ingrediente Adicional: Recheio De Côco Prazo Validade: 8 a 10 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Nestlé.	463543	Barra 33 gramas	1800	R\$ 3,50	R\$ 6.300,00
	Carne De Ave In Natura Tipo Animal: Peru Tipo Corte: Sem Miúdos					

35	<p>Apresentação: Inteiro</p> <p>Estado De Conservação: Congelado (A)</p> <p>Processamento: Temperada</p> <p>Prazo Validade: 8 a 12 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Sadia.</p>	447646	Quilograma	200	R\$ 34,99	R\$ 6.998,00
36	<p>Farofa Pronta</p> <p>Tipo: Tradicional</p> <p>Sabor: Natural</p> <p>Prazo Validade: 4 MÊS</p> <p>Quantidade Calorias: 210 KCAL/G</p> <p>Características Adicionais: Com Farinha De Madioca Temperada</p> <p>Prazo Validade: 4 a 10 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Zaeli.</p>	244498	Pacote 500 Grama	1500	R\$ 7,80	R\$ 11.700,00
37	<p>Condimento</p> <p>Tipo: Pimenta Do Reino</p> <p>Apresentação: Pó</p> <p>Prazo Validade: 12 a 24 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Armazém Real.</p>	463919	Quilograma	30	R\$ 24,60	R\$ 738,00
38	<p>Sal</p> <p>Tipo: Refinado</p> <p>Aplicação: Alimentícia</p> <p>Teor Máximo Sódio: 390 MG/G</p> <p>Acidez: 7,0 PH</p> <p>Marca Similar/Referência: Cisne</p>	454017	Quilograma	1000	R\$ 2,64	R\$ 2.640,00
39	<p>Sal</p> <p>Tipo: Grosso</p> <p>Aplicação: Alimentícia</p> <p>Teor Máximo Sódio: 390 MG/G</p> <p>Acidez: 7,0 PH</p> <p>Marca Similar/Referência: Cisne.</p>	454018	Quilograma	100	R\$ 3,49	R\$ 349,00

40	Doce Leite Tipo: Tradicional Prazo Validade Mínimo: 06 Meses Marca Similar/Referência: Italc.	462599	Embalagem de 400g	600	R\$ 9,97	R\$ 5.982,00
41	Geléia Tipo: Frutas Sabor: Variado Prazo Validade Mínimo: 12 Meses Marca Similar/Referência: Homemade e Ritter.	462690	Pote 400 Grama	1100	R\$ 8,33	R\$ 9.163,00
42	Doce Não Confeitado Tipo: Massa Sabor: Paçoca Forma Apresentação: Rolha Prazo Validade: 6 a 10 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Da Colonia.	462638	Embalagem 1 Quilograma	350	R\$ 26,40	R\$ 9.240,00
43	Doce Não Confeitado Tipo: Massa Sabor: Pé De Moleque Forma Apresentação: Tablete Prazo Validade: 6 a 8 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Amendopã.	462652	Embalagem 800 Grama	350	R\$ 22,16	R\$ 7.756,00
44	Doce Não Confeitado Tipo: Massa Sabor: Doce De Leite Forma Apresentação: Palito Característica Adicional: Pingo De Leite Prazo Validade: 6 a 8 meses a partir da data de entrega.	465681	Embalagem 500 Grama	350	R\$ 18,91	R\$ 6.618,50

45	Aromatizante Artificial Apresentação: Líquido Incolor Sabor: Baunilha Prazo Validade: 20 a 24 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Dr Oetker.	461222	Frasco 30 Mililitro	400	R\$ 4,95	R\$ 1.980,00
46	Fermento Tipo: Químico Apresentação: Pó Prazo Validade: 10 a 12 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Royal	459586	Embalagem 250 Grama	800	R\$ 11,80	R\$ 9.440,00
47	Fermento Tipo: Biológico Seco Apresentação: Pó Granulado Prazo Validade: 10 a 12 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Itaiquara.	459596	Embalagem 500 Grama	100	R\$ 19,40	R\$ 1.940,00
48	Frios Variedade: Apresuntado Tipo Preparação: Cozido Apresentação: Peça Inteira Estado De Conservação: Resfriado (A) Prazo Validade: 2 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Sadia.	447765	Quilograma	800	R\$ 25,50	R\$ 20.400,00
49	Frios Variedade: Mortadela Tipo Preparação: Cozido Composição: Sem Toucinho Em Cubos Apresentação: Peça Inteira Estado De Conservação: Resfriado (A)	447784	Quilograma	800	R\$ 13,50	R\$ 10.800,00

	Prazo Validade: 2 a 3 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Sadia.					
50	Farinha Quibe Composição: 250 G De Trigo Para Kibe/250 G Carne Moída/1 Ce Tempo Preparo: 4 H Rendimento: 25 UN Prazo Validade: 10 a 12 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Yoki.	229978	Saco 500 Grama	150	R\$ 7,48	R\$ 1.122,00
51	Farinha De Trigo Grupo: Doméstico Tipo: Tipo 1, Especial Ingrediente Adicional: Fortificada Com Ferro E Ácido Fólico Prazo Validade: 6 a 10 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Cocamar ou Coamo.	460263	Embalagem 5 Quilograma	600	R\$ 20,96	R\$ 12.576,00
52	Farinha De Milho Grão: Amarelo Tipo: Fubá Mimoso Característica Adicional: Transgênico Ingrediente Adicional: Fortificada Com Ferro E Ácido Fólico Prazo Validade: 6 a 10 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Yoki ou Sinhá.	459012	Embalagem 1 Quilograma	250	R\$ 7,62	R\$ 1.905,00
53	Doce Não Confeitado Tipo: Em Calda Sabor: Figo Prazo Validade: 12 a 14 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Tozzi.	462675	Embalagem 400 Grama	400	R\$ 19,33	R\$ 7.732,00
	Doce Não Confeitado					

54	<p>Tipo: Em Calda</p> <p>Sabor: Pêssego</p> <p>Prazo Validade: 12 a 14 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Tozzi.</p>	462684	Embalagem 400 Grama	400	R\$ 17,39	R\$ 6.956,00
55	<p>Doce Não Confeitado</p> <p>Tipo: Em Calda</p> <p>Sabor: Abacaxi</p> <p>Prazo Validade: 12 a 14 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Tozzi.</p>	462657	Embalagem 400 Grama	400	R\$ 16,98	R\$ 6.792,00
56	<p>Gelatina Alimentícia</p> <p>Apresentação: Pó</p> <p>Sabor: Variado</p> <p>Origem: Animal</p> <p>Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Qualimax ou Apti.</p>	462729	Pacote 1 Quilograma	400	R\$ 21,92	R\$ 8.768,00
57	<p>Iogurte Natural</p> <p>Teor Gordura: Integral</p> <p>Sabor: Sortidos</p> <p>Componentes: Com Polpa Ou Pedacos De Fruta</p> <p>Prazo Validade: 30 a 45 dias a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Batavo ou Salubi.</p>	446706	Embalagem 1 Litro	2000	R\$ 16,00	R\$ 32.000,00
58	<p>Legume Em Conserva</p> <p>Tipo: Ervilha</p> <p>Ingredientes: Ervilhas, água e sal.</p> <p>Prazo Validade: 2 a 4 anos a partir da data de entrega.</p> <p>Marca Similar/Referência: Quero.</p>	462823	Embalagem 1,7 Quilograma	300	R\$ 21,90	R\$ 6.570,00
59	<p>Legume Em Conserva</p> <p>Tipo: Milho Verde</p> <p>Adicional: À Vácuo</p>	462832	Embalagem 170 Grama	1600	R\$ 4,80	R\$ 7.680,00

	Prazo Validade: 2 a 4 anos a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Quero.					
60	Legume Em Conserva Tipo: Pepino Adicional: Picles Prazo Validade: 2 anos a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Juréia.	468477	Embalagem 300 Grama	600	R\$ 11,24	R\$ 6.744,00
61	Legume Em Conserva Tipo: Palmito Apresentação: Inteiro Prazo Validade: 2 a 4 anos a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Castelo.	460486	Embalagem 300 Grama	100	R\$ 20,28	R\$ 2.028,00
62	Massa De Tomate Tipo: Molho Pronto Composição: Tradicional Apresentação: Líquido Prazo Validade: 12 a 24 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Quero.	459672	Embalagem 2 Quilograma	600	R\$ 16,25	R\$ 9.750,00
63	Massa Alimentícia Tipo: Para Lasanha Base Da Massa: Farinha De Trigo Refinada Apresentação: Fresca/Resfriada Formato: Laminada Prazo Validade: 12 a 24 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Renata.	465350	Embalagem 500 Grama	300	R\$ 9,97	R\$ 2.991,00
64	Mel Abelha Tipo: 1ª Qualidade Apresentação: Embalagem Com 500 G Aplicação: Alimentação Humana	413364	Frasco 500 Grama	100	R\$ 32,75	R\$ 3.275,00

	Marca Similar/Referência: Melbee.					
65	Molho De Mesa Tipo: Barbecue Composição: Tradicional Apresentação: Líquido Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Hemmer.	461710	Embalagem 1 Quilograma	100	R\$ 26,99	R\$ 2.699,00
66	Molho De Mesa Tipo: Catchup Composição: Tradicional Apresentação: Creme Prazo Validade: 12 a 14 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Heinz.	459663	Embalagem 400 Grama	300	R\$ 7,80	R\$ 2.340,00
67	Molho De Mesa Tipo: Inglês Composição: Tradicional Apresentação: Líquido Prazo Validade: 2 a 3 anos a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Lanchero.	459655	Embalagem 1 Litro	250	R\$ 19,50	R\$ 4.875,00
68	Molho De Mesa Tipo: Mostarda Composição: Tradicional Apresentação: Creme Prazo Validade: 12 meses a partir da data de entrega. Marca Similar/Referência: Hemmer.	459667	Embalagem 1 Quilograma	200	R\$ 21,60	R\$ 4.320,00
	Molho Pimenta Composição: Água/Pimenta Vermelha Moída/Vinagre De Alcool/Sal Aplicação: Alimentos					

69	<p>Tipo Uso: Culinária Em Geral</p> <p>Prazo Validade: 12 a 24 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Tipo: Condimento.</p> <p>Características Adicionais:</p> <p>Embalagem de 150ml.</p> <p>Marca Similar/Referência: Kitano.</p>	241553	Frasco 150 Mililitro	400	R\$ 6,73	R\$ 2.692,00
70	<p>Peixe Em Conserva</p> <p>Variedade: Atum</p> <p>Apresentação: Sólido</p> <p>Meio De Cobertura: Com Óleo Comestível</p> <p>Prazo Validade: 3 a 5 anos a partir da data de entrega.</p> <p>Tipo: Enlatado.</p> <p>Características Adicionais:</p> <p>Embalagem de 170g.</p> <p>Marca Similar/Referência: Gomes da Costa.</p>	448996	Embalagem 170 Grama	700	R\$ 12,29	R\$ 8.603,00
71	<p>Peixe Em Conserva</p> <p>Variedade: Sardinha</p> <p>Apresentação: Descabeçada E Eviscerada</p> <p>Meio De Cobertura: Com Óleo Comestível</p> <p>Prazo Validade: 3 a 5 anos a partir da data de entrega.</p> <p>Tipo: Enlatado.</p> <p>Características Adicionais:</p> <p>Embalagem de 125g.</p> <p>Marca Similar/Referência: Gomes da Costa.</p>	449006	Embalagem 125 Grama	1000	R\$ 7,01	R\$ 7.010,00
72	<p>Pão De Queijo</p> <p>Basa Da Massa: Polvilho Doce Ou Azedo E Queijo</p> <p>Ingredientes Adicionais: Com Outros Sabores</p> <p>Formato: Lanche/Grande</p> <p>Apresentação: Cru Congelado</p> <p>Prazo Validade: 8 a 12 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Tipo: Congelado.</p> <p>Características Adicionais:</p> <p>Embalagem de 1kg.</p> <p>Marca Similar/Referência: Aurora.</p>	460495	Embalagem 1 Quilograma	1000	R\$ 20,00	R\$ 20.000,00

73	Pão Base: De Farinha De Trigo Refinada Tipo: Tipo Francês/Branco/De Sal Tipo Adicional: Tradicional Apresentação: Pré-Assado Congelado Prazo Validade: 3 a 4 meses a partir da data de entrega. Tipo: Congelado. Características Adicionais: Peso unitário entre 50g e 70g cada unidade de pão. Marca Similar/Referência: Pão da Fazenda.	465549	Quilograma	4000	R\$ 10,65	R\$ 42.600,00
74	Pó Pudim Sabor: Variado Prazo Validade Mínimo: 12 Meses Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega. Tipo: Sobremesa. Características Adicionais: Sabores a serem definidos, embalagem de 1kg. Marca Similar/Referência: Qualimax.	462751	Embalagem 1 Quilograma	500	R\$ 16,90	R\$ 8.450,00
75	Queijo Origem: De Vaca Variedade: Muçarela Apresentação: Peça Prazo Validade: 3 a 4 meses a partir da data de entrega. Tipo: Queijo. Características Adicionais: Embalagem de 1kg. Marca Similar/Referência: Tirol.	446633	Quilograma	600	R\$ 49,57	R\$ 29.742,00
76	Queijo Origem: De Vaca Variedade: Prato Apresentação: Peça Prazo Validade: 3 a 4 meses a partir da data de entrega. Tipo: Queijo. Características Adicionais:	446639	Quilograma	600	R\$ 50,50	R\$ 30.300,00

	Embalagem de 1kg. Marca Similar/Referência: Président.					
77	Requeijão Ingredientes: Creme De Leite Tipo: Light Conservação: 1 A 10 °C Características Adicionais: Cremoso Prazo Validade: 3 a 4 meses a partir da data de entrega. Tipo: Queijo. Características Adicionais: Embalagem de 400g. Marca Similar/Referência: Vigor.	425288	Embalagem de 400g	1200	R\$ 15,71	R\$ 18.852,00
78	Amido Base: De Mandioca Grupo: Tapioca Subgrupo: Sagu Artificial Aspecto Físico: Tipo 1 Prazo Validade: 20 a 24 meses a partir da data de entrega. Tipo: Sobremesa. Características Adicionais: Embalagem de 500g. Marca Similar/Referência: Yoki.	459084	Embalagem 500 Grama	600	R\$ 13,00	R\$ 7.800,00
79	Frios Variedade: Salame Tipo: Italiano Apresentação: Peça Inteira Estado De Conservação: Resfriado (A) Prazo Validade: 3 a 6 meses a partir da data de entrega. Tipo: Embutido. Marca Similar/Referência: Aurora.	447877	Quilograma	200	R\$ 83,95	R\$ 16.790,00
80	Condimento Tipo: Alho Apresentação: Granulado Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega. Tipo: Especiaria.	463860	Quilograma	200	R\$ 37,34	R\$ 7.468,00

	Características Adicionais: Embalagem de 1kg. Marca Similar/Referência: Terra Vitta.					
81	Condimento Tipo: Cebola Branca Apresentação: Pó Adicional: Desidratado Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega. Tipo: Tempero. Características Adicionais: Embalagem de 1kg. Marca Similar/Referência: Terra Vitta.	601227	Quilograma	250	R\$ 33,32	R\$ 8.330,00
82	Condimento Tipo: Manjerição Apresentação: Desidratado Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega. Tipo: Especiaria. Características Adicionais: Embalagem de 1kg. Marca Similar/Referência: Terra Vitta.	463908	Quilograma	14	R\$ 18,93	R\$ 265,02
83	Embutido Tipo: Salsicha Hot Dog Tipo Preparação: Cozida Estado De Conservação: Resfriado (A) Prazo Validade: 2 a 4 meses a partir da data de entrega. Tipo: Carne Processada. Características Adicionais: Embalagem com no mínimo 1kg. Marca Similar/Referência: Sadia.	447720	Quilograma	1000	R\$ 13,63	R\$ 13.630,00
84	Suco Apresentação: Pó Sabor: Variado Tipo: Artificial Prazo Validade: 20 a 24 meses a partir da data de entrega. Tipo: Refresco. Características Adicionais:	396125	Quilograma	1200	R\$ 14,20	R\$ 17.040,00

	Embalagem de 1kg. Marca Similar/Referência: Qualimax.					
85	Suco Apresentação: Líquido Sabor: Uva Tipo: Integral Características Adicionais: Concentrado E Sem Adição De Açúcar Prazo Validade: 5 a 12 meses a partir da data de entrega. Tipo: Refresco. Características Adicionais: Embalagem de 1 litro. Marca Similar/Referência: Quinta do Morgado.	442810	Embalagem 1 Litro	300	R\$ 18,50	R\$ 5.550,00
86	Sorvete Tipo: Sorvete - Base Leite Sabor: Variado Forma Apresentação: Massa / Cremoso Prazo Validade: 10 a 12 meses a partir da data de entrega. Tipo: Sobremesa. Características Adicionais: Sabores a serem definidos, embalagem de 2 litros. Marca Similar/Referência: Kibon.	462772	Embalagem 2 Litro	1200	R\$ 29,00	R\$ 34.800,00
87	Doce Não Confeitado Tipo: Cristalizado Sabor: Banana Prazo Validade: 6 a 12 meses a partir da data de entrega. Tipo: Doce não confeitado. Características Adicionais: Marca Similar/Referência: Faduni	462665	Embalagem de 900g.	400	R\$ 20,99	R\$ 8.396,00
88	Achocolatado Apresentação: Líquido Sabor: Tradicional Característica Adicional: Enriquecido Com Vitaminas Prazo Validade: 6 a 8 meses a partir da data de entrega.	463551	Caixa 200 Mililitro	1200	R\$ 3,19	R\$ 3.828,00

	<p>Tipo: Bebida Láctea.</p> <p>Características Adicionais:</p> <p>Embalagem de 200ml.</p> <p>Marca Similar/Referência:</p> <p>Toddynho.</p>					
89	<p>Biscoito</p> <p>Apresentação: Redondo</p> <p>Sabor: Morango</p> <p>Características Adicionais: Com Recheio</p> <p>Classificação: Doce</p> <p>Prazo Validade: 10 a 12 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Tipo: Biscoito.</p> <p>Marca Similar/Referência: Passatempo.</p>	217138	Pacote com pelo menos 120g	600	R\$ 3,13	R\$ 1.878,00
90	<p>Biscoito</p> <p>Apresentação: Redondo</p> <p>Sabor: Chocolate</p> <p>Características Adicionais: Com Recheio</p> <p>Classificação: Doce</p> <p>Prazo Validade: 10 a 12 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Tipo: Biscoito.</p> <p>Marca Similar/Referência: Passatempo.</p>	217139	Pacote com pelo menos 120g	600	R\$ 3,15	R\$ 1.890,00
91	<p>Nome: Tempero em Pó sabor Carne</p> <p>Aspecto Físico: Pó fino granulado de cor marrom avermelhada.</p> <p>Ingredientes: sal, especiarias, realçadores de sabor ...</p> <p>Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Tipo: Tempero.</p> <p>Marca Similar/Referência: Qualimax.</p>	339479	Embalagem de 1kg.	400	R\$ 20,20	R\$ 8.080,00
92	<p>Tempero</p> <p>Tipo: Caldo</p> <p>Apresentação: Pó</p> <p>Aplicação: Uso Culinário</p> <p>Sabor: Carne</p> <p>Prazo Validade: 12 a 18 meses a partir da data de entrega.</p>	339478	Embalagem de 1kg.	150	R\$ 15,09	R\$ 2.263,50

	Tipo: Tempero. Características Adicionais: Marca Similar/Referência: Knorr.					
93	Tempero Tipo: Completo Sem Pimenta Apresentação: Pasta Aplicação: Uso Culinário Prazo Validade: 8 a 12 meses a partir da data de entrega. Tipo: Tempero. Características Adicionais: Embalagem de 1kg. Marca Similar/Referência: Soeto ou Kitano.	233873	Embalagem 1 Quilograma	300	R\$ 19,99	R\$ 5.997,00
94	Vinagre Matéria-Prima: Álcool Cana De Açúcar Tipo: Neutro Acidez: 4,20 PER Aspecto Físico: Líquido Aspecto Visual: Límpido E Sem Depósitos Prazo Validade: Indeterminado. Tipo: Condimento. Características Adicionais: Acidez padrão de 4%, embalagem de 750ml. Marca Similar/Referência: Castelo.	217096	Frasco 750 Mililitro	30	R\$ 4,75	R\$ 142,50
95	Massa Alimentícia Tipo: Para Pastel Base Da Massa: Farinha De Trigo Refinada Apresentação: Fresca/Resfriada Tamanho: Média Formato: Discos Prazo Validade: 30 a 45 dias a partir da data de entrega. Tipo: Massa. Características Adicionais: Embalagem de 500g. Marca Similar/Referência: Massa Leve.	462244	Embalagem 500 Grama	400	R\$ 11,17	R\$ 4.468,00
	Refrigerante					

96	<p>Material: Água Gasosa/Xarope</p> <p>Sabor: Variado</p> <p>Prazo Validade: 6 a 8 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Tipo: Refresco.</p> <p>Características Adicionais: Embalagem de 2 litros.</p> <p>Marca Similar/Referência: Coca-cola, Fanta, Sprite.</p>	305351	Garrafa 2 Litro	1200	R\$ 10,50	R\$ 12.600,00
97	<p>Doce Confeitado</p> <p>Tipo: Goiabada</p> <p>Ingredientes: Goiaba Madura, Açúcar, Água</p> <p>Características Adicionais: Embalados Individualmente</p> <p>Prazo Validade: 12 a 24 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Tipo: Confeitaria.</p> <p>Características Adicionais: Embalagem de 1kg.</p> <p>Marca Similar/Referência: Predilecta.</p>	487591	Quilograma	260	R\$ 29,75	R\$ 7.735,00
98	<p>Chá Alimentação</p> <p>Tipo: Chá Mate</p> <p>Uso: Alimentício</p> <p>Prazo Validade: 12 a 24 meses a partir da data de entrega.</p> <p>Tipo: Chá.</p> <p>Características Adicionais: Sabores a serem definidos, caixas de 25 und.</p> <p>Marca Similar/Referência: Matte Leão.</p>	233886	Caixa 25 Unidade	400	R\$ 7,83	R\$ 3.132,00
99	<p>Condimento</p> <p>Tipo: Cravo Da Índia</p> <p>Apresentação: Flor</p> <p>Prazo Validade: 2 a 3 anos a partir da data de entrega.</p> <p>Tipo: Especiaria.</p> <p>Características Adicionais: Embalagem de 20g.</p> <p>Marca Similar/Referência: Kisabor.</p>	463892	Embalagem de 20g	40	R\$ 7,25	R\$ 290,00
	<p>Leite Côco</p> <p>Tipo: Integral</p>					

100	Prazo Validade Mínimo: 12 Meses Tipo: Culinária. Características Adicionais: Embalagem de 500ml. Marca Similar/Referência: Sococo.	464011	Garrafa 500 Mililitro	300	R\$ 12,00	R\$ 3.600,00
					TOTAL	R\$ 862.461,52

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da assinatura da ata SRP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000289/2026 ;
 - II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2025 ;
 - III) Id do item no PCA: 34;
 - IV) Classe/Grupo: 8940;
 - V) Identificador da Futura Contratação: 160448-1/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1. Além das normas técnicas relacionadas, deverão ser observadas as normas e regulamentos complementares a estas e sua vigência, conforme procedimentos de fabricação dos materiais, atendimento aos padrões regulamentados pelo INMETRO, garantindo a sua qualidade e conformidade no que tange a confiabilidade do produto, saúde, segurança, ao meio ambiente ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (lei nº 9.933, de 20 de dezembro 1999);

4.1.2. Os bens deverão ser entregues acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento.

4.1.3. Para o atendimento aos critérios de sustentabilidade, deverão ser observados os termos do Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, aplicando ao objeto deste termo: "Art 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental: III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.4. Da mesma forma, o Art. 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012: I – baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; II – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; III – origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Na presente contratação não há vedação de marca/produtos.

Da exigência de amostra

4.4. Na presente licitação, não serão solicitadas amostras.

Subcontratação

4.16. **Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.**

Garantia da contratação

4.24. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.41. *Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.*

4.41.1. *Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.*

4.41.2. *Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.*

4.41.3. *Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. *O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota de empenho pela empresa contratada, em remessa única.*

5.3. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

5.4. *Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Avenida Expedicionário Edmundo Arrabar, 2338 - Santa Rosa, Porto União -*

5.4.1. *No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega deverá ser observado pela contratada, que deve se atentar à tabela do item 1.1., a qual a descrição do item descreve também a validade mínima.*

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de

ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:[A1]

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (**cinco decimos por cento**) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias*

7.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

7.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

7.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de

Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo

ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, a partir do dia da fase de lances.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado.

Críticos de aceitabilidade de preços

9.4. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

9.4.1 *Valores unitários: conforme planilha de composição de preços da tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.*

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

- 9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de 10% do *valor total estimado da contratação*.
- 9.28. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*
- 9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

9.33. *Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;*

9.33.1. *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*

9.34. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

9.34.2. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.*

9.34.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

9.34.4. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 862.461,52 (oitocentos e setenta e dois mil e quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*
- 11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*
- I) *Gestão/unidade: [...];*
 - II) *Fonte de recursos: [...];*
 - III) *Programa de trabalho: [...];*
 - IV) *Elemento de despesa: [...]; e*
 - V) *Plano interno: [...].*
- 11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Porto União/SC, 23 de maio de 2026

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 5 (cinco) dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
- 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. ***O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.***

2.2. ***O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.***

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e *da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;^[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da

execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

5.8. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.9.3. Indenizações e multas.

5.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Porto União/SC Seção Judiciária de Porto União/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº 90001/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GABRIELLY MACEDO NASCIMENTO

Responsável pela contratação direta

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE BLINDADO
(2º BE/1908)
BATALHÃO JUAREZ TÁVORA

Processo Administrativo nº 64050.003786/2026-51

Ata de Registro de Preços nº 05/2026

O 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado, com sede no(a) *Avenida Expedicionário Edmundo Arrabar, 2338 Santa Rosa, Porto União - SC, 89400-000*, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *09.586.718/0002-67*, neste ato representado(a) pelo(a) Ten Cel Ricardo Motinha Lanzellotte, nomeado(a) pela *Portaria nº C Ec Nº 618, de 22 de maio de 2025*, portador da Matrícula Funcional nº *011.141.144-3*, considerando o julgamento da *licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica*, para REGISTRO DE PREÇOS nº *90001/2026*, publicada no de/202....., processo administrativo nº *64050.003786/2026-51*, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo 1 do *edital de licitação* nº *90001/2026*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado.
- 3.2. *Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

4.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.9. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item Error: Reference source not found e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

Porto União, 18 de junho de 2026

RICARDO MOTINHA LAZELLOTTE – Ten Cel

Ordenador de despesas do 5º Batalhão de Engenharia de Combate blindado

xxxxx - Representante legal da empresa xxxxx

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade